

Preocupações no BC com 2002

economia - Brasil

O presidente do Banco Central (BC), Arminio Fraga, tomou posição em dois debates que vêm crescendo e deverão ganhar importância nos próximos meses, quando se intensificar a campanha eleitoral. Um deles é o da relação entre política industrial e desenvolvimento econômico. O outro é o da política antiinflacionária e de seus efeitos sobre o crescimento da economia. O segundo tema é particularmente importante, em vista do cenário que se começa a delinear, interna e externamente, para 2002. O presidente do BC discutiu os dois assuntos num artigo escrito para o *Estado* de domingo e numa entrevista ao jornal *Valor* dessa segunda-feira.

Fraga faz um apelo a favor da prudência. A reativação da economia mundial em meados do próximo ano, segundo ele, é a perspectiva mais provável, mas o risco de uma retração mais longa ainda é considerável. Entidades oficiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e instituições privadas rebaixaram suas projeções de crescimento econômico para 2002. Essa tendência, se confirmada, poderá ter um efeito defla-

cionário, de um lado, mas, de outro, tornará mais difícil fortalecer as contas externas.

Internamente, os preços e tarifas administrados – alguns sob controle do governo, outros vinculados a contratos com empresas de serviços públicos – continuarão a pressionar o nível geral de preços. As pressões não resultarão nem de irresponsabilidade fiscal nem de uma política monetária frouxa. O presidente do BC não discute as causas do problema. É evidente, no entanto, que aquelas pressões são atribuíveis a três fatores: falhas no planejamento setorial, critérios adotados em contratos de concessão e a maneira como foi conduzida a privatização do setor elétrico.

Sejam quais forem as explicações, o BC terá de cuidar do impacto provocado pelos futuros aumentos das tarifas e dos efeitos secundários dos choques de 2001. Suas projeções de inflação para 2002 estão sendo revistas e, de toda forma, o cumprimento da meta para o próximo ano ainda exigirá uma política de muita austeridade. Pode-se discutir se haverá espaço, ou não, para a adoção, nos próximos meses, de juros sensivelmente mais baixos que os de hoje. E deve-se discutir se juro baixo favorece a inflação, à luz do que vem ocorrendo nos Esta-

dos Unidos e na Europa com a baixa continuada dos juros. Um debate desse tipo é oportuno e a diretoria do BC não irá recusá-lo. O que Fraga rejeita, enfaticamente, é a idéia de maior tolerância com a inflação, como se isso ajudasse o crescimento econômico.

A experiência brasileira deixou claro, nos últimos 20 ou 30 anos, que em fases de tolerância inflacionária a economia estagnou, os investimentos caíram e a distribuição de renda piorou. “Falando francamente”, disse o presidente do BC na entrevista, “não entendo propostas a favor de deixar um velho alcoólatra monetário tomar um golinho aqui e ali.” Em artigo no *Estado*, também na edição de domingo, o ex-ministro Mailson da Nóbrega mencionou dois dos defensores desses “golinhos”. Um deles é o professor Celso Furtado, que afirmou que “o Brasil tem de perder o medo da inflação”. Outro é o governador do Ceará e pretendente a candidato do PSDB à Presidência da República, Tasso Jereissati, que conclamou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, “a ter mais

audácia e correr mais riscos em relação à inflação”. Se o BC decidisse levar a sério esses palpites, o próximo governo teria muito que lamentar.

Quanto à política industrial, Fraga manifestou ceticismo em relação às práticas tradicionais de intervenção em setores determinados. Declarou-se favorável às “políticas horizontais”, que afetam o conjunto da economia: investimentos em educação e tecnologia, redução de entraves burocráticos, redução do *spread* bancário, reforma tributária, etc. O assunto é complexo e a divisão entre “políticas verticais” e “horizontais” não é tão clara quanto parece sugerir o presidente do BC em seu artigo e na entrevista. Mesmo a ação “horizontal”, no entanto, tem sido claramente insuficiente nos últimos anos. A manutenção de um péssimo sistema tributário é apenas um dos aspectos negativos da política ainda em vigor. O esforço para a abertura de novos mercados para produtos brasileiros passou a contar com a participação do governo há pouco tempo. É um sinal de mudança, no entanto, e isso é positivo.

Preços administrados pelo governo continuarão a pressionar a inflação